



Crise política: o problema da abstenção eleitoral no Brasil e no mundo

Political crisis: the problem of electoral abstention in Brazil and the world

Autor: Fagner Torres de França

Há alguns anos, folheando despreziosamente um jornal local, o professor Homero de Oliveira Costa atentou para um fato que facilmente passaria despercebido por olhos menos treinados. Após uma eleição que escolheu o novo chefe do poder executivo no Rio Grande do Norte, os números indicavam um alto índice de abstenção eleitoral muito superior aos votos que ajudaram a eleger o governante. Com base nesses dados, o cientista político resolveu pesquisar a fundo a situação e descobriu nela um fenômeno crescente e mundial: a descrença na política, o descrédito nos partidos, o fraquejar das instituições e a fragmentação da democracia representativa. Amparado em uma ampla e atual bibliografia, o autor realiza um estudo aprofundado do caso brasileiro, cujas conclusões, apenas algumas, apresentamos neste trabalho.

Em um livro intitulado *A insurreição comunista de 1935. Natal: o primeiro ato da tragédia* (1995), o professor Homero de Oliveira Costa, vinculado ao departamento de Ciências Sociais da UFRN, se depara com a emergência da questão política em sua forma extrema: a efervescência das idéias revolucionárias postas em prática no sentido de uma sublevação social; uma insatisfação ideológica que levou a uma tentativa de ruptura com o *status quo*, visando à implementação de uma outra forma de organização social nos moldes do comunismo russo.

O desejo se faz ação, mesmo sendo a política algo diverso da violência, mas um caminho de diálogo e entendimento. Nas décadas seguintes, a esfera política fervilha de diversas formas. O mundo se polariza entre duas potências. Na América Latina, uma democracia após outra cai sob o jugo dos militares. No final dos anos 1960, países em quase todas as partes do planeta, movidos por um misterioso sentimento coletivo, protestam por novas formas de vida. Partidos e associações nascem e morrem.

Assim sendo, o que justifica a passividade política identificada pelo mesmo professor Homero de Oliveira Costa, principalmente a partir de meados dos anos 1990, identificada no aumento da abstenção eleitoral nas democracias representativas da Europa, América Latina e EUA? Se as eleições caracterizam-se como um dos pilares mais importantes da democracia, o que esperar deste mesmo sistema se o sufrágio é desacreditado? E o que fazer quando não as pessoas, mas as próprias instituições caem no descrédito?

Estas e outras perguntas são respondidas no livro “Democracia e Representação Política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)”, tese de doutoramento defendida na USP. Resultado de uma pesquisa extensa e cuidadosa (são 23 páginas somente para as referências bibliográficas), a obra dialoga com diversas correntes teóricas surgidas desde a década de 50 do século passado até os dias atuais, com o intuito de tentar explicar o fenômeno, como as escolas de Michigan, Chicago entre outras teorias.

De fato, são vários os modelos explicativos tentando dar conta do declínio da participação política em todo o mundo. Um deles afirma que a desarticulação dos sindicatos e a fragmentação partidária auxiliam no processo de desinteresse popular pelas eleições. Como consequência, os trabalhadores não discutem sua condição e as próprias agremiações não fomentam o debate; fraquejam as instituições intermediárias entre Estado e povo, e a participação tende a diminuir drasticamente. Além disso, podemos somar o deslocamento da discussão política para o puro jogo de marketing, e a transposição da esfera pública para os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, onde quase todas as vozes são caladas.

Em um tópico intitulado *A abstenção como Comportamento Estratégico em Face da Conjuntura Política*, o autor apresenta um estudo que bem mostra o resultado do desencanto

com a democracia e a desilusão causada pelos projetos de governo confrontados com a prática. Daí nascem assim os chamados abstencionismos de protesto, ou seja, votos dados a algum candidato que destoa completamente dos principais pleiteantes, revelando uma clara vontade de romper com a ordem estabelecida. Somam-se a isso a ausência de opções críveis, representando algo novo ou seriamente respeitável aos eleitores; uma situação beirando o escárnio, a ironia cortante e de denúncia a um quadro sombrio e insustentável, quando as possibilidades restantes de exercício da democracia não mostram nenhuma outra saída.

Para sermos fiéis ao texto, devemos revelar que muitas das análises do livro referem-se às principais democracias em várias partes do mundo, mas a falta desta informação adicional nada muda pelo fato de que o mesmo quadro pode ser pintado no Brasil até mesmo com cores muito mais fortes. Por exemplo, a falta de identificação entre eleitor e partido é um dado gritante na política tupiniquim: o brasileiro parece não acreditar nos homens ou sequer nas instituições. As eleições parecem perder cada vez mais o significado.

Não cabe no livro do professor Homero de Oliveira Costa contestar a legitimidade dos partidos políticos, instâncias de articulação de interesses entre a sociedade civil e o Estado, indispensável para a saúde democrática de um país. No entanto, pergunta-se o autor, sempre dialogando com diversas correntes teóricas: estariam os partidos cumprindo a sua função social? A resposta, se verbalizada, emitiria um sonoro NÃO!

Nos últimos anos é visível e crescente o descrédito da população, em quase todos os países do mundo, nas agremiações políticas. O fato de não mais responderem aos anseios dos eleitores faz com que, cada vez mais, diminua o número de filiados às siglas partidárias. A falta de identificação acarreta, entre outras coisas, a busca por outras formas de representatividade. Com isso, cresce a quantidade de organizações sociais dedicadas a agir nos espaços negligenciados pelos ditos representantes do povo, assumindo o papel de centralidade nas reivindicações populares, antes pertencente aos partidos.

Outro ponto importante, é que os partidos estariam perdendo completamente as suas características programáticas e ideológicas devido ao fisiologismo e à prática indiscriminada de alianças as mais espúrias e díspares possíveis, com o fito apenas de alcançar o poder,

transformando as estruturas partidárias em simples máquinas de eleger candidatos. Segundo Costa (2007),

[...] o grau de complexidade e fragmentação da sociedade leva os partidos a se burocratarem e abandonarem suas posições de classe (característica do período inicial) para formularem propostas difusas, em nome de “todo o povo”, cujo objetivo é unicamente a conquista do poder. Assim considerando, os sistemas partidários perdem credibilidade à medida que não proporcionam espaços institucionais nos quais as demandas possam ser processadas, via partidos políticos. (p. 58).

O resultado de tudo isso é a corrosão do regime democrático conquistado a duras penas em boa parte do mundo, principalmente na América Latina. Entre as conseqüências estão: a profissionalização dos partidos, o enfraquecimento da militância e das organizações partidárias, distanciamento das bases, a falta de inserção social dos partidos, o fortalecimento dos grupos de interesses, a perda de credibilidade dos partidos e, o pior de tudo, o declínio da participação popular.

No caso brasileiro, a ausência de fortes relações entre eleitor e partidos é amplamente conhecida. Por aqui, por exemplo, é incomum a prática do voto de legenda. Nesse caso, a política torna-se algo extremamente personalista. Na maioria das vezes, o eleitorado busca muito mais uma identificação pessoal com o candidato do que propriamente um alinhamento de idéias. Esse processo acirra a disputa intrapartidária, enfraquecendo os partidos e até mesmo as instituições. A própria infidelidade partidária compromete a representatividade do sistema político local, pois os “donos” dos cargos mudam de bandeira conforme a necessidade política, e quase nunca por desacordos intelectuais.

A contrapartida é que, quanto mais distante das bases sociais, mais as siglas buscam meios independentes da militância para manter-se viável eleitoralmente, burocratizando-se e especializando-se cada vez mais. Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas apresentada pelo professor Homero Costa, realizada em 2005, mostra que, de 1522 brasileiros entrevistados, 74% consideravam os partidos ruins ou péssimos. Apenas 3% os viam como ótimos.

Já os números do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) indicam que 62% dos brasileiros não estão satisfeitos com a democracia no Brasil, e 46% só votam porque é obrigatório. Isso

tudo somado a uma tradição de hipertrofia do poder executivo (em que muitas vezes ele é quem legisla) e a volatilidade do sistema eleitoral do país (considerando que desde a redemocratização nunca tivemos uma eleição com as mesmas regras da anterior) tem como consequência a descrença crescente nas instituições e nos políticos do Brasil.

O perigo é sutil e acocora-se por trás das moitas pantanosas da selva em noite sem lua. A carapuça de aço está sempre pronta para ser reposta. A máscara de ferro não descansa na prateleira. As masmorras mantêm as portas sempre abertas. Os inimigos espreitam na escuridão, neste caso, nas frestas dos números. Por tudo isso, 54% dos latino-americanos apoiariam um governo autoritário caso ele resolvesse os problemas econômicos nos países das pessoas entrevistadas, segundo pesquisa do Instituto Latinobarómetro de 2004, divulgada no livro.

É a crença de que a democracia só beneficia a alguns poucos. Seria uma forma ideológica burguesa de classe tomada como geral, e desvendada pelo senso-comum. Terreno fértil onde brotam messias, líderes carismáticos e homens de farda. Se comparados aos Estados Unidos, sofreríamos de um mal oposto. Enquanto os norte-americanos depositam grande fé nas suas instituições, a ponto de quererem exportar seu modelo para o mundo, o Brasil desacredita nelas e não cansa de querer reformá-las.

Como exposto anteriormente, a estrutura política/partidária no Brasil favorece a personalização da política. Ou seja, os eleitores identificam-se muito mais com o candidato do que com a legenda a qual ele representa, independente, inclusive, da ideologia professada por ele. A troca constante de partido por alguns candidatos é acompanhada também pelos votos de seus seguidores, atraídos por algum interesse particular que nada tem a ver com planos de governo, mas de poder. Assim, os candidatos são apresentados como produtos (com embalagem e discurso próprios) a serem aceitos ou desprezados pelo povo.

São mercadorias que se compra não pelo conteúdo, mas pela forma. Neste sentido, cada vez mais os chamados *marketeiros* assumem uma função central nos comitês políticos responsáveis por discutir os rumos das campanhas. Ouvem-se atentamente suas colocações, sempre embasadas em amplas pesquisas de opinião destinadas a reconhecer os anseios da população. É como um ator a procura de um papel perfeito. Os publicitários sabem como

ninguém entender os desejos mais íntimos da psique humana, amoldando o homem-mercadoria às necessidades latentes.

Levando-se em conta tudo o que já foi dito até o momento no corpo do texto, referente à individualização da política e ao distanciamento entre partidos e eleitores, os meios de comunicação de massa assumem um papel central na análise do processo político atual, principalmente porque propiciam ao candidato falar diretamente aos potenciais eleitores-consumidores, dispensando a atuação das bases e a mobilização da militância política.

Seguindo a lógica da mídia, os debates políticos são despolitizados e substituídos pela simples espetacularização da política. As plataformas de governo perdem importância diante da maré de acusações que despenca sobre os concorrentes: amantes, corrupção, filhos bastardos, prostituição etc., tudo vale para tornar o show o mais atraente possível, em detrimento das propostas realmente importantes e substanciais. Os partidos são substituídos pela mídia; a representação política, pela política da representação.

Tentando compreender o papel da mídia no processo de queda de confiança nos partidos e seu impacto nos processos eleitorais, Homero Costa, carregado de vastíssima bibliografia, recorre a Mauro Porto, “que num estudo sobre a crise de confiança na política e suas instituições, o papel dos meios de comunicação e a democracia no Brasil, indaga: que tipo de relação existe entre esta queda da confiança na política e a legitimidade democrática? Em que medida o descrédito da política e suas instituições, como os partidos, o parlamento e a classe política, inviabiliza a consolidação do regime democrático?” (COSTA, 2007, p. 108)

No seu diagnóstico, uma das causas mais importantes do atual cenário de rechaço à política e suas instituições é o caráter explicitamente antipolítico dos meios de comunicação [...] Assim, a mídia seria indutora da desconfiança política, ou seja, os meios de comunicação teriam um viés não apenas antipolítico, mas também antidemocrático, uma vez que contribuem para criar nos cidadãos uma imagem negativa da política e dos políticos, ajudando desta forma a erodir os fundamentos da legitimidade democrática.

Essa posição de centralidade dos meios de comunicação de massa e o uso intensivo do marketing político e eleitoral principalmente na televisão, afirma-se no Brasil, segundo Costa, especialmente a partir das eleições presidenciais de 1989. De lá pra cá a mídia tem se tornado cada vez mais peça-chave no processo eleitoral e na própria construção da imagem

do candidato. Praticamente todas as ações públicas realizadas pelos políticos são direcionadas aos holofotes, midiaticizadas, buscam o apelo televisivo, imagético.

Os comícios nos bairros, o contato com o povo, os bebês beijados durante as andanças de campanha, as comidas exóticas degustadas nos botequins, as centenas de mãos apertadas, os afagos, os beijos, os tapinhas nas costas, os desejos públicos de boa sorte, o carinho dos abraços apertados, as bandas de música que evitam a dispersão do público, o encontro na praça, o choro teatral, as jugulares saltando, as faces vermelhas e as vozes roucas dos candidatos aos berros em cima dos palcos improvisados em caminhões em frente às igrejinhas, enfim, toda a forma tradicional de se fazer política parece agora estar comprometida pelo palanque eletrônico, asséptico, ordenado, contido, asseado... distante.

Agora, vale mais o desempenho do vídeo, a performance no estúdio, a voz séria, comedida, serena, firme, os olhos fixos, se possível um leve marejar, a confiança dos gestos, o cabelo no lugar, empoadado, o rosto sem brilho, luz e sombras em equilíbrio, música de vitória ao fundo, baixinha, só para o inconsciente; em suma, é a desinfecção da política de seu sentido primordial: a relação entre o povo e seus representados.

O problema maior reside no fato de que, segundo algumas análises apuradas pelo autor, a mídia estaria exercendo várias das funções tradicionais dos partidos políticos, por exemplo, construindo a agenda pública, (ou seja, pautando os assuntos debatidos pela sociedade, mesmo que irrelevantes), gerando e transmitindo informações políticas, fiscalizando os poderes, exercendo as críticas e canalizando as demandas da população.

O resultado da ocupação do espaço institucional pela mídia seria uma crise generalizada dos partidos, a apatia popular (já que a mídia pretensamente assume o papel de porta-voz da população e não de uma classe) e falta de envolvimento político. Além disso, as coberturas priorizam os embates pessoais dos políticos ao invés de focarem nas propostas dos partidos, personalizando a política ao invés de discutir os aspectos importantes da vida pública brasileira, detendo-se no que o sociólogo Marcelo Coelho chama de “McCarthyismo das pequenas coisas”.

Concluindo, o livro “Democracia e Representação Política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)” é rico em dados, gráficos, estudos, pesquisas e números

que corroboram a tese defendida pelo autor: o crescente desinteresse público pelo processo político nas principais democracias do mundo, caracterizado pelo aumento da alienação eleitoral principalmente a partir de meados da década de 1990.

O laboratório, claro, são as eleições presidências brasileiras. Homero Costa realiza uma reconstrução cuidadosa dos momentos históricos vividos no país em cada período, além de proceder a uma análise da cobertura da mídia nesses processos e outras variáveis. Uma obra indispensável para quem deseja penetrar um pouco nas sendas da História Política do Brasil.

Referência Bibliográfica

COSTA, Homero de Oliveira. *Democracia e Representação Política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)*. Porto Alegre: Sulina, 2007.